

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Maio 2025

RADAR ÁSIA-PACÍFICO
MAIO 2025
v.4 n.1



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SOBRE A LIGA DE ESTUDOS ÀSIA-PACÍFICO

A Liga de Estudos Ásia-Pacífico (LEAP) é um projeto extracurricular idealizado e desenvolvido por alunos do curso de graduação de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Por meio de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão, a LEAP tem por objetivo principal aprofundar a contribuição dos discentes da universidade nos debates acadêmicos acerca das questões de cooperação, conflito, política e cultura dos países da Ásia-Pacífico.

O Radar Ásia-Pacífico é a análise de conjuntura bimestral escrita pelos ligantes da LEAP, com a finalidade de discutir os temas latentes que dizem respeito à cooperação e conflito na região nos últimos dois meses.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es) não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

EQUIPE LEAP

Professora coordenadora da LEAP

Victória Monteiro da Silva Santos

Professor supervisor da LEAP

Marcello Cappucci Frisoni

Presidentes da LEAP

Gabriel Porto Póvoas

Marina Conde Galvão Zenha

Diretoras da LEAP

Carla Oliveira Flores

Luiza Simões Bethlem Monteiro

Yasmim Motta Lameira

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Maio /2025. Rio de Janeiro.

PUC - Liga de Estudos Ásia-Pacífico

43p; 29,7 cm

1. Ásia-Pacífico;
2. Cooperação;
3. Conflito;



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SUMÁRIO

1

VISITAS DIPLOMÁTICAS DE XI JINPING AO SUDESTE ASIÁTICO

Gabriel Porto Póvoas
João Pedro Guedes

2

ONDAS DE CALOR EXTREMAS NA ÁSIA: UM SINAL DE ALERTA CLIMÁTICO

Giovana de Andrade Silva Barroso
Julia Aguiar Casani Pereira

3

CRISE CLIMÁTICA: DERRETIMENTO DAS NEVES DO HIMALAIA AMEAÇA ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Juno Giordano

4

DISPUTA ESTRATÉGICA ENTRE EUA E CHINA NO PACÍFICO: O CASO DE PALAU

Guilherme Uram
Thaís Lopes da Costa Amaral

5

IMPACTO DAS TARIFAS DOS EUA SOBRE AS ECONOMIAS ASIÁTICAS

Gabriel Porto Póvoas
Lucas Tinoco Bejani

6

A QUESTÃO CAXEMIRE: PERSPECTIVAS E PROSPECÇÕES

Eduardo Araújo Manguera
Raul Rodrigues Penna Firme

7

DISPUTA ENTRE CHINA E FILIPINAS SOBRE O RECIFE DE SANDY CAY LOCALIZADO NO MAR DO SUL DA CHINA

Helena Visconti Psomopoulos
Yasmim Motta Lameira

1

VISITAS DIPLOMÁTICAS DE XI JINPING AO SUDESTE ASIÁTICO

Gabriel Porto Póvoas
João Pedro Guedes

Entre os dias 14 e 18 de abril deste ano (2025), o presidente Xi Jinping realizou uma viagem diplomática por três países do Sudeste Asiático: Vietnã, Malásia e Camboja. Essa foi sua primeira visita à região desde 2016 e ocorreu em um contexto de crescentes tensões comerciais com os Estados Unidos, marcadas por novas tarifas impostas pela administração Trump, reeleito em 2024. Durante a turnê, Xi buscou reforçar os laços econômicos e políticos com esses países, promovendo a China como um parceiro confiável e defensor do multilateralismo – em contraste com as políticas protecionistas dos EUA –, ao destacar que “não há ganhadores em uma guerra comercial”. Ele se posiciona, a partir do discurso, como defensor do comércio livre e do multilateralismo frente às tarifas impostas pelos EUA (AP NEWS, 2025), além de conclamar os países asiáticos a “resistirem ao confronto geopolítico” e defenderem o sistema multilateral, sugerindo que a China se vê como líder de uma ordem multilateral alternativa à visão americana (REUTERS, 2025).

Essa visita pode refletir uma estratégia de Pequim para consolidar sua influência na região em meio à intensificação da rivalidade com os Estados Unidos. No Vietnã, por exemplo, foram assinados cerca de 40 acordos de cooperação, abrangendo áreas como cadeias de suprimentos e desenvolvimento ferroviário (REUTERS, 2025). Essa aproximação visa não apenas fortalecer os laços bilaterais, mas também posicionar a China como um contraponto às pressões comerciais e políticas exercidas por Washington. Na Malásia, Xi enfatizou a importância de resistir ao unilateralismo e aos conflitos geopolíticos, promovendo a unidade asiática como forma de enfrentar desafios externos. Já no Camboja, a visita resultou na assinatura de 37 acordos em setores como investimento, comércio, educação e saúde, além de reforçar o apoio chinês à autonomia estratégica cambojana. Essas ações demonstram o esforço chinês em construir uma rede de alianças regionais que possa contrabalançar a influência dos EUA e garantir estabilidade para seus interesses estratégicos.

Essas visitas ocorrem em um contexto de intensificação da rivalidade sino-

-americana, especialmente com a imposição de tarifas de até 145% sobre exportações chinesas pelos EUA (THE GUARDIAN, 2025). A eleição de Donald Trump para um novo mandato presidencial reacendeu preocupações em Pequim sobre uma possível escalada nas tensões comerciais e geopolíticas. Diante disso, a China busca consolidar sua influência no Sudeste Asiático, promovendo acordos estratégicos e apresentando-se como contraponto estável frente à imprevisibilidade das políticas econômicas dos EUA.

É necessário mencionar que, paralelamente às tensões externas, a China enfrenta uma crise imobiliária interna que ameaça sua estabilidade econômica. Desde 2020, o setor imobiliário chinês tem enfrentado uma desaceleração significativa, com quedas nos preços de imóveis e dificuldades financeiras entre as principais incorporadoras (BLOOMBERG, 2025). Em abril de 2025, os preços de revenda de imóveis em 100 cidades chinesas caíram 0,7% em relação ao mês anterior, marcando uma queda anual de 7,2% (REUTERS, 2025). Com cerca de 70% da riqueza das famílias chinesas atrelada ao setor imobiliário, essa crise tem impacto direto no consumo e na confiança dos consumidores (J.P. MORGAN, 2025). Além disso, a desaceleração do mercado imobiliário afeta a capacidade de financiamento dos governos locais, exacerbando os desafios econômicos internos. Diante desse cenário, as visitas diplomáticas de Xi Jinping ao Sudeste Asiático podem ser vistas como uma tentativa de diversificar parcerias econômicas e buscar apoio externo para enfrentar as pressões internas, reforçando a necessidade de estabilidade e cooperação regional em tempos de incerteza.

Em contrapartida, essa visita é benéfica aos três países, que foram severamente impactados pela COVID-19, e podem ter um boom econômico e social para os próximos anos. No Camboja, a economia pré-Pandemia estava a toda velocidade, crescendo a uma taxa de 7.6% ao ano entre 1995 até 2019, graças ao setor de turismo, produtos de manufatura para exportação, o mercado imobiliário e construção. Com a pandemia, houve retração de 3.1% do PIB em 2020, havendo uma reacceleração a partir de 2021 (WORLD BANK, 2024) O Vietnã, um tigre asiático, também apresentou crescimento acelerado a partir de um forte controle estatal sobre os setores econômicos estratégicos, com uma classe média dotada de um poder aquisitivo potente para estimular essa economia interna, além de mão de obra numerosa e qualificada para o setor manufatureiro (DW, 2024). Por fim, a Malásia, que teve um crescimento

econômico de 5.1% em 2024, crescendo em 1,4% se comparado ao ano anterior.

Estes três países têm um perfil similar: manufatura e serviços como base econômica, mão de obra especializada e prontamente empregável, além de terem uma classe média com um poder aquisitivo considerável (WORLD BANK). Essa conjugação de fatores é perfeita para atrair investidores estrangeiros e empresas dispostas a realocar sua linha de produção, tanto para a demanda local quanto internacional. Para a China, esses fatores também se configuram como bom negócio, principalmente no Camboja e Vietnã, países cujo crescimento tem se dado de forma vertiginosa e possuem uma população consumidora em potencial, podendo atenuar os efeitos da crise imobiliária chinesa através de grandes obras nesses países, tanto para a habitação como para a mobilidade urbana.

No fim, a visita de Xi a estes três países possui duplo significado. O primeiro deles é a “projeção de uma China ‘parceiro confiável’” em um cenário de instabilidade provocado pelos Estados Unidos de Trump, e o segundo é o reforço de laços com o sudeste asiático, através de acordos bilaterais, visando uma solução para problemas internos chineses, como o imobiliário, e como alternativa para escoar sua produção diante das restrições impostas pela guerra comercial com os EUA. Resta saber se esse movimento será bem sucedido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AP NEWS. (2025). **China's Xi Jinping arrives in Malaysia to deepen ties amid U.S. tensions.** Disponível em: <https://apnews.com/article/china-malaysia-xi-jinping-southeast-asia-tour-559757744cd48ca28a5171fe5071f9cc>

BLOOMBERG. (2025). **China's Property Crisis Enters a Dangerous New Phase.** Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/features/2025-02-11/china-s-real-estate-crisis-property-sector-debt-is-getting-worse>

J.P. MORGAN. (2025). **China and emerging markets outlook 2025: Crisis or hope?**. Disponível em: <https://am.jpmorgan.com/fi/en/asset-management/per/insights/market-insights/investment-outlook/china-and-emerging-markets-outlook/>

NPR. (2025). **China's Xi Jinping arrives in Cambodia to wrap up 3-nation Southeast Asia tour.** Disponível em: <https://www.npr.org/2025/04/17/nx-s1-5367700/chinas-xi-jinping-arrives-in-cambodia-to-wrap-up-3-nation-southeast-asia-tour>

REUTERS. (2025). **China, Vietnam sign deals as Xi visits Hanoi amid US tariff tensions.** Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/chinas-xi-meet-vietnam-leaders-kick-off-southeast-asia-tour-amid-us-tariffs-2025-04-14/>

REUTERS. (2025). **China's April resale home prices fall as more properties put up for sale, report says.** Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/chinas-april-resale-home-prices-fall-more-properties-put-up-sale-report-says-2025-05-01/>

THE GUARDIAN. (2025). **China to cut interest rates in response to trade war with US.** Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2025/may/07/china-to-cut-interest-rates-in-response-to-trade-war-with-us>

WORLD BANK (2024). **The World Bank in Cambodia.** Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/cambodia/overview>

DEUTSCHE WELLE (2024). **What is behind Vietnam's economic success story.** Disponível em: <https://www.dw.com/en/what-is-behind-vietnams-economic-success-story/a-70501290>

AL JAZEERA (2025). **Malaysia's economy grows 5.1% in 2024 on strong investment, domestic demand.** Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.aljazeera.com/economy/2025/2/14/malysias-economy-grows-5-1-in-2024-on-strong-investment-domestic-demand&ved=2ahUKEwiKrqzR-pONAxVtqJUCHZAVGeM4ChAWegQIJxAB&usg=AOvVaw1lc5Z6IF1Ux6QGtPNH2pwb>

2

ONDAS DE CALOR EXTREMAS NA ÁSIA: UM SINAL DE ALERTA CLIMÁTICO

Giovana de Andrade Silva Barroso
Julia Aguiar Casani Pereira

Nos últimos anos, o calor intenso provocado pelas mudanças climáticas tem elevado significativamente as temperaturas médias durante a primavera no Hemisfério Norte, superando padrões históricos em diversas regiões. Na Ásia, esse fenômeno tem se manifestado de forma severa, com ondas de calor prolongadas e cada vez mais intensas, afetando milhões de pessoas e causando graves danos à saúde pública.

Em países como a Índia e o Paquistão, esses eventos extremos tem se tornado cada vez mais frequentes, com grande partes dessas regiões registrando as temperaturas mais altas em décadas, chegando até 50°C. Especialistas em clima alertam que, até 2050, a Índia poderá figurar entre os países em que as temperaturas ultrapassarão os limites de sobrevivência (CNN, 2025). Foi justamente o caráter precoce, prolongado e seco das recentes ondas de calor que as tornou distintas em relação às ocorridas no início deste século. Diante desse cenário, pesquisadores têm colaborado para avaliar até que ponto as mudanças climáticas induzidas pelo ser humano influenciaram a intensidade e probabilidade desses eventos. Entretanto, a perspectiva é preocupante: com o agravamento do aquecimento global, ondas de calor como essas podem se tornar ainda mais comuns e severas.

As ondas de calor extremo produzem impactos múltiplos e em cascata, causando diversas consequências socioeconômicas e humanitárias – estendendo-se desde a área da saúde, ecossistemas, agricultura, no abastecimento de água e energia, e em setores fundamentais da economia. Na Ásia, onde muitos países dependem fortemente da agricultura como pilar econômico, os efeitos dessas ondas são devastadores. Como consequência, enfrentam com frequência quebras de safra, insegurança alimentar e aumento da pobreza, acontecimentos que aprofundam a fragilidade econômica local e tornam essas nações ainda mais vulneráveis aos padrões climáticos extremos. Além disso, no plano social, as mudanças climáticas intensificam desigualdades já existentes. As populações mais pobres, apesar de contribuírem minimamente para as emissões globais de gases de efeito

estufa, são as que mais sofrem os impactos dos desastres climáticos, como inundações, secas e ondas de calor.

Esses eventos não apenas colocam em risco a saúde pública, com o aumento dos surtos de doenças respiratórias e infecciosas, como também provocam deslocamentos populacionais e intensificam a competição por recursos essenciais, como água e energia. A precariedade das redes de saúde pública agrava ainda mais a situação, já que muitos desses países não dispõem da infraestrutura adequada para lidar com a crescente carga de doenças relacionadas ao clima. As ondas de calor, em particular, representam uma ameaça crítica às comunidades de baixa renda. Nessas áreas, onde as condições habitacionais são precárias, sem isolamento térmico ou acesso a sistemas de refrigeração, sobreviver sob temperaturas extremas torna-se um desafio. De acordo com a World Meteorological Organization (2022), ondas de calor na Índia e Paquistão nas últimas décadas foram responsáveis pela morte de milhares de pessoas. O aumento das temperaturas trouxe a necessidade de implementar planos para lidar melhor com o calor extremo em áreas afetadas. A cidade de Ahmedabad, na Índia, foi a primeira da região a desenvolver medidas para proteger a saúde da população diante das temperaturas extremas. Porém, a matéria aponta a necessidade e a dificuldade de fazer com que esses planos englobem toda a população, especialmente aqueles que estão mais vulneráveis e desprotegidos nessa situação. Assim, o calor extremo não ameaça apenas a saúde, mas também aprofunda as disparidades econômicas e sociais, revelando uma realidade onde os impactos das mudanças climáticas são vividos de forma desigual e injusta.

Figura 1: Mapa conceitual dos impactos causados durante ondas de calor

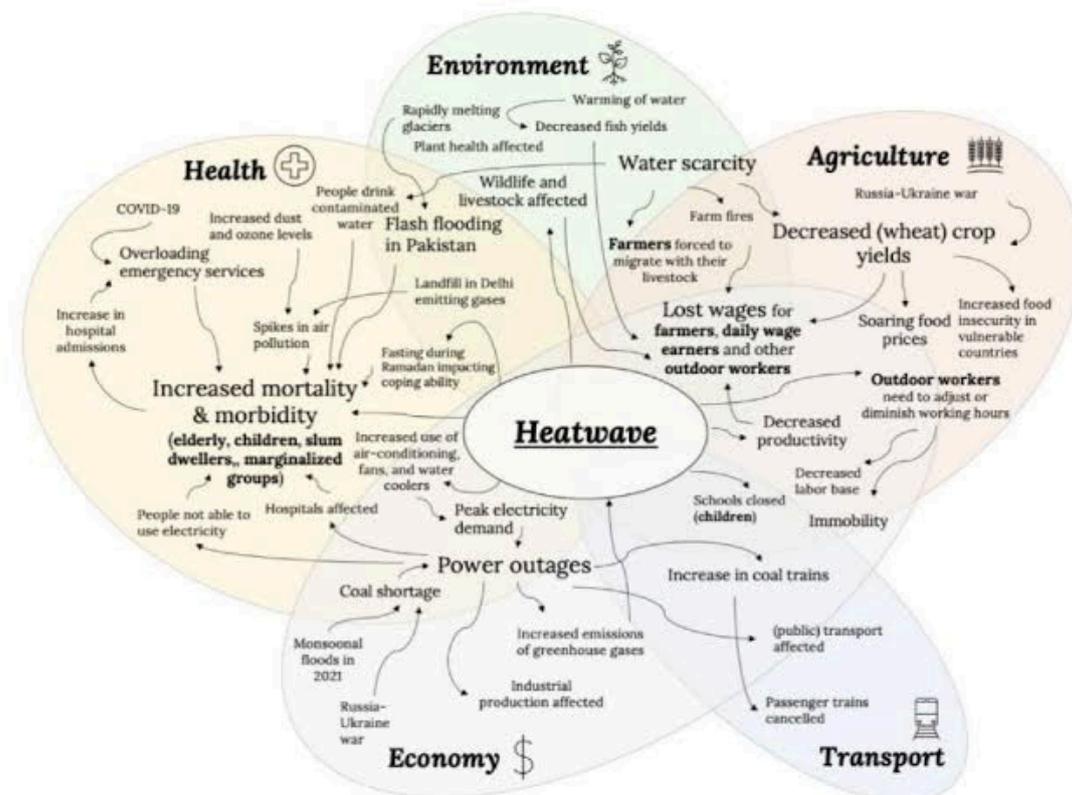


Fig 9: Conceptual map of impact pathways during the heatwave

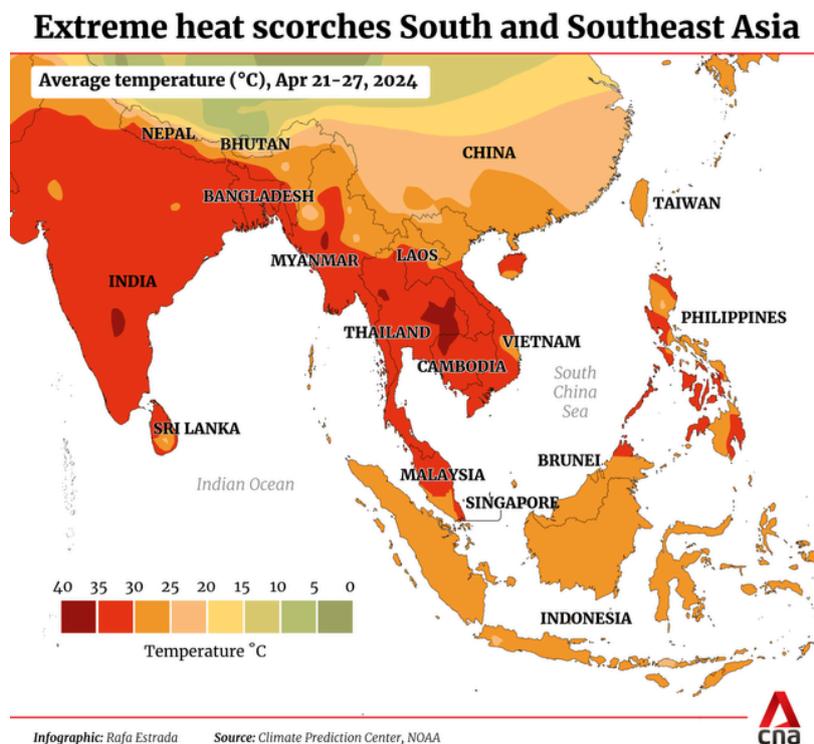
Fonte: World Weather Attribution, 2022

Esse panorama não se restringe ao Sul da Ásia. Na China, eventos de calor extremo têm afetado regiões altamente urbanizadas, como Xangai e Pequim, com temperaturas ultrapassando os 40°C, pressionando os sistemas elétricos e levando ao aumento dos casos de doenças relacionadas ao calor. No Sudeste Asiático, países como Tailândia, Vietnã, Laos e Mianmar enfrentaram, em anos recentes, as temperaturas mais altas de suas histórias, impactando severamente trabalhadores ao ar livre e provocando interrupções no fornecimento de energia. Em Bangladesh, onde a densidade populacional é alta e a infraestrutura limitada, as ondas de calor agravam ainda mais os riscos sanitários e sociais. Nas Filipinas, um arquipélago exposto a múltiplas vulnerabilidades climáticas, o calor extremo também se intensifica em

paralelo a outros eventos extremos, como tufões e inundações. Ondas de calor recentes elevaram a sensação térmica em áreas urbanas como Manila para além dos 45°C, comprometendo a saúde de crianças, idosos e trabalhadores informais. A combinação de temperaturas elevadas, alta umidade e infraestrutura urbana deficiente cria condições perigosas para a população mais pobre, que muitas vezes vive em habitações precárias e sem acesso a refrigeração. O país também enfrenta o desafio de manter a continuidade do sistema educacional, já que escolas públicas são frequentemente forçadas a suspender as aulas por causa do calor extremo.

No Pacífico, ilhas como Papua-Nova Guiné e Fiji sofrem com o agravamento combinado de calor extremo e eventos climáticos extremos como secas e ciclones, afetando a segurança alimentar e hídrica. A Indonésia, com suas vastas áreas urbanas e regiões agrícolas vulneráveis, também tem visto aumento na frequência de temperaturas extremas, que impactam diretamente a produção de arroz e outros alimentos básicos.

Figura 2: Parâmetros do calor extremo no Sul e Sudeste Asiático



Fonte: CNA, 2024

Diante dos acontecimentos recentes e dos riscos apresentados, a Organização Meteorológica Mundial (OMM), em conjunto com os países mais afetados, tem reforçado seu compromisso em garantir que os serviços de alerta alcancem as populações mais vulneráveis. Os Planos de Ação contra o Calor reúnem diversas autoridades e atores para melhor compreender, prever, preparar e responder de forma eficaz aos riscos do calor extremo. Esses planos têm se mostrado essenciais para reduzir os impactos sociais e sanitários, como a perda da produtividade e a mortalidade por calor. A atuação da sociedade civil também é fundamental nesse contexto. Organizações como a Cruz Vermelha, bem como a Pesquisa e Ação Integradas para o Desenvolvimento (IRADe), têm desempenhado um papel vital na implementação de comunicações e intervenções em comunidades vulneráveis. Planos de ação bem-sucedidos garantem que a intervenção seja direcionada e adequada às populações mais expostas ao calor em áreas urbanas. O processo começa com a identificação dos pontos críticos de calor nas cidades, localização das populações mais expostas nesses locais e avaliação do grau e da natureza de sua vulnerabilidade. Esse modelo tem contribuído de forma significativa para a redução do excesso de mortalidade associada às ondas de calor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IRFAN, U. **Welcome to the world of triple-digit spring weather**. Disponível em: <https://www.vox.com/climate/410042/extreme-heat-wave-spring-phoenix-india-asia-climate-change>. Acesso em: 7 maio. 2025.

WIKIPEDIA CONTRIBUTORS. **2024 Pakistan heat wave**. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/2024_Pakistan_heat_wave. Acesso em: 8 maio. 2025.

2024 Indian heat wave. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/2024_Indian_heat_wave. Acesso em: 7 maio. 2025.

Climate change made heatwaves in India and Pakistan “30 times more likely”. Disponível em: <https://wmo.int/media/news/climate-change-made-heatwaves-india-and-pakistan-30-times-more-likely>. Acesso em: 6 maio. 2025.

SAIFI, S.; MOGUL, R. **Extended heatwave in India, Pakistan to test survivability limits, with temperatures reaching Death Valley levels.**

Disponível em: <https://edition.cnn.com/2025/04/15/asia/india-pakistan-heatwave-climate-crisis-intl-hnk>. Acesso em: 8 maio. 2025.

NEWHEY, S. **Southeast Asia “in a frying pan” as extreme heat “rewrites climatic history”.** Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/global-health/climate-and-people/thailand-heatwave-asia-el-nino-climate-change-weather/>. Acesso em: 8 maio. 2025.

AL JAZEERA. **Photos: Southeast Asia Swelters in record-setting Heatwave.**

Disponível em: <https://www.aljazeera.com/gallery/2024/5/1/southeast-asia-swelters-in-record-setting-heatwave>. Acesso em: 7 maio. 2025.

3

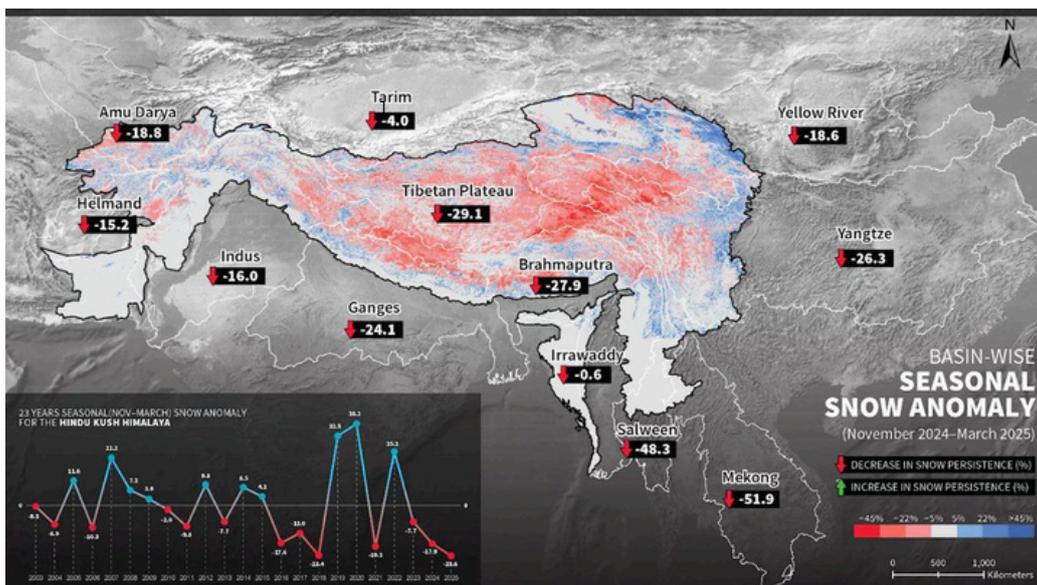
CRISE CLIMÁTICA: DERRETIMENTO DAS NEVES DO HIMALAIA AMEAÇA ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Juno Giordano

O “terceiro polo” do planeta está derretendo. As geleiras do Himalaia, que abastecem os maiores rios da Ásia, estão encolhendo a uma velocidade alarmante. Com bilhões de pessoas dependendo dessas águas, o derretimento acelerado ameaça desencadear uma das maiores crises hídricas da história moderna.

Conforme o *HKH Snow Update Report 2025* (Relatório de Atualização sobre a Neve na região Hindu Kush-Himalaia), foi registrado o menor índice de permanência de neve dos últimos 23 anos. Essa redução drástica marca o terceiro ano seguido de anomalias negativas, comprometendo o equilíbrio hídrico na região. O fenômeno afeta diretamente cerca de dois bilhões de pessoas que dependem da água proveniente das geleiras himalaias e dos rios abastecidos por estas, como o Ganges, o Indo e o Brahmaputra.

Figura 1: Anomalia de persistência da cobertura de neve durante novembro 2024 - março 2025 (em comparação com observações históricas no período de 2003-2024)



Fonte: HKH Snow Update Report, 2025

O derretimento das geleiras ameaça o abastecimento de água de forma complexa e progressiva. Durante os meses mais secos do ano, os rios alimentados por degelo fornecem água essencial para a irrigação agrícola, consumo humano e geração de energia hidrelétrica. Com menos neve acumulada no inverno e menor volume de gelo permanente, esses rios passam a depender exclusivamente das chuvas, que são cada vez mais irregulares com as mudanças climáticas (International Centre for Integrated Mountain Development, 2025). O resultado é uma alternância entre enchentes devastadoras e longos períodos de estiagem.

Esse desequilíbrio afeta diretamente a produção de alimentos em países densamente povoados, como Índia, China, Bangladesh e Paquistão, cujas economias agrícolas dependem intensamente da irrigação (UNESCO, 2025). Estima-se que mais de 70% da água retirada na bacia do Ganges, por exemplo, seja destinada à agricultura. Com o fluxo dos rios comprometido, o risco de insegurança alimentar se intensifica.

Outro impacto crítico está na geração de energia. Muitos dos países afetados, como Nepal e Butão, possuem usinas hidrelétricas que dependem do derretimento gradual das geleiras para operar de forma contínua. Com a redução da cobertura de neve e a alteração no ritmo do derretimento, a estabilidade do fornecimento energético fica comprometida, comprometendo a segurança hídrica e econômica da região (UNFCCC, 2020; FRANCE24, 2025), podendo levar ao aumento da dependência de fontes fósseis, o que, além de contrariar os esforços de mitigação, contribuiria para intensificar ainda mais a crise climática responsável pelo problema.

Por fim, há ainda os riscos geológicos. O acúmulo de água proveniente do degelo em lagos glaciais instáveis pode causar inundações repentinas que varrem vilarejos, infraestrutura e campos agrícolas em minutos. Esses eventos estão se tornando mais frequentes à medida que o clima se aquece (WIRED, 2024; PHYS.ORG, 2025), tornando a situação ainda mais perigosa para as comunidades montanhosas.

Diante desse cenário, torna-se essencial fortalecer a cooperação entre os países do sul e sudeste asiático para a gestão sustentável dos recursos hídricos.

A crise hídrica no Himalaia evidencia, ainda, a necessidade urgente de políticas climáticas globais mais robustas, acompanhadas de investimentos em tecnologias de monitoramento e em estratégias de adaptação e mitigação de riscos naturais. Nesse contexto, a proteção das geleiras himalaias torna-se fundamental não apenas para garantir a segurança hídrica da Ásia, mas também para preservar o equilíbrio climático do planeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRANCE24. **In carbon-negative Bhutan, glaciers are threatened by climate change.** Disponível em: <https://www.france24.com/en/tv-shows/focus/20250107-in-carbon-negative-bhutan-glaciers-are-threatened-by-climate-change>. Acesso em: 10 maio 2025.

INTERNATIONAL CENTRE FOR INTEGRATED MOUNTAIN DEVELOPMENT. **HKH Snow Update 2025.** Disponível em: <https://lib.icimod.org/records/kcknw-ers18>. Acesso em: 9 maio 2025.

INTERNATIONAL CENTRE FOR INTEGRATED MOUNTAIN DEVELOPMENT. **Risk of water shortages builds-up as Hindu Kush Himalaya faces 23-year-record-low snow persistence in the third consecutive year of below-normal seasonal snow.** Disponível em: <https://www.icimod.org/press-release/risk-of-water-shortages-builds-up-as-hindu-kush-himalaya-faces-23-year-record-low-snow-persistence-in-the-third-consecutive-year-of-below-normal-seasonal-snow/>. Acesso em: 9 maio 2025.

PHYS.ORG. **Black carbon from dust storms accelerates Himalayan glacier melt.** Disponível em: <https://phys.org/news/2025-02-black-carbon-storms-himalayan-glacier.html>. Acesso em: 9 maio 2025.

SEIDEL, Jamie. **'23 year low': Freak climate event spells catastrophe.** Disponível em: <https://www.news.com.au/technology/environment/climate-change/23-year-low-freak-climate-event-spells-catastrophe/news-story/34d50f6fe257fc69a5905ab1545e7407>. Acesso em: 8 maio 2025.

SMART WATER MAGAZINE. **World Water Day 2025: disappearing glaciers threaten the global water balance.** Smart Water Magazine, 2025. Disponível em: <https://smartwatermagazine.com/news/smart-water-magazine/world-water-day-2025-disappearing-glaciers-threaten-global-water-balance>. Acesso em: 10 maio 2025.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Glacier meltdown risks food and water supply of 2 billion people, says UN.** The Guardian, 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2025/mar/20/glacier-meltdown-risks-food-and-water-supply-of-2bn-people-says-un>. Acesso em: 10 maio 2025.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). **Melting glaciers, melting economies: Bhutan and Nepal.** Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/casestuday_bhutan_nepal_meltin_gglaciers_dhakar.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

WIRED. **Glacial Lakes Threaten Millions in a Warming World.** Disponível em: <https://www.wired.com/story/glacial-lake-outburst-flood-glof-india-sikkim>. Acesso em: 10 maio 2025.



DISPUTA ESTRATÉGICA ENTRE EUA E CHINA NO PACÍFICO: O CASO DE PALAU

Guilherme Uram

Thaís Lopes da Costa Amaral

A República de Palau é um país insular localizado no oeste do Oceano Pacífico, no sudoeste da Micronésia. Cercado por uma barreira de corais, o arquipélago é composto por cerca de 340 ilhas, ilhotas e atóis, e abriga uma população estimada entre 17.000 e 18.000 habitantes. Suas línguas oficiais são o palauano e o inglês, este amplamente utilizado nos contextos governamental e comercial. Nota-se que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, Palau mantém uma forte dependência econômica dos Estados Unidos, seu principal parceiro comercial, o que se reflete na adoção do dólar americano como moeda oficial e na ausência de forças armadas próprias — a defesa do país é garantida pelas tropas norte-americanas. A influência dos EUA é histórica e continua a se intensificar, como demonstra a recente construção de instalações de radar voltadas ao monitoramento das atividades marítimas e aéreas na região do Pacífico. Essa presença militar estratégica, aliada à expansão da infraestrutura defensiva americana no território, posiciona Palau como um ponto sensível na crescente disputa geopolítica entre Estados Unidos e China, com ambos buscando exercer influência sobre a república, região e cenário global. Motivado pelos desenvolvimentos recentes, este artigo propõe analisar os interesses e estratégias dessas duas potências, explorando o papel de Palau como peça-chave na dinâmica de poder no Pacífico.

Para compreender como se chegou ao atual cenário, é interessante realizar um breve contexto histórico da República de Palau, que tem origens antigas, com influências de povos da Indonésia, Nova Guiné e Polinésia, que teriam chegado tão cedo quanto 3.500 A.C. (Palau Internacional Ship Registry, 2025). A partir do século XIX, o arquipélago passou a ser dominado por potências estrangeiras, com o Papa Leão XIII declarando o direito da Espanha sobre as Ilhas. Poucos anos depois, elas foram vendidas à Alemanha, que estabeleceu um plano organizado para explorar seus recursos naturais. E, após a sua derrota na Primeira Guerra Mundial, o Tratado de Versailles passou o direito para o Japão, que teve grande influência na cultura e economia de Palau, até cair na Segunda Guerra, com as ilhas passando a ser parte dos Territórios Fiduciários das Nações Unidas, administradas pelos Estados Unidos.

A princípio, o objetivo dos Estados Unidos era melhorar a infraestrutura e o sistema educacional de Palau, a fim de torná-lo uma nação verdadeiramente independente. Ao longo dos anos, a influência americana resultou na construção de estradas, hospitais e escolas, fortalecendo a relação com o governo americano, e a argüível dependência deste, como há de se ver. Posteriormente, em 1981, Palau tornou-se uma república, adotando sua própria Constituição, e, em 1994, se declara independente, ingressando nas Nações Unidas, sob o firmamento do Pacto de Livre Associação com os EUA. Por meio desse acordo, Palau passou a receber auxílio do governo americano em troca da concessão de privilégios militares aos Estados Unidos, como o uso de seu território para fins militares e o controle estratégico de sua defesa. Nesse sentido, em 2022, foi implementado o plano do departamento de defesa americano (DOD) de tornar Palau sede de uma estação de radar de longo alcance, over-the-horizon, da Força Aérea dos EUA, avaliada em cerca de 120 milhões de dólares, com previsão de início das operações em 2026. Enquanto isso, fontes como a Radio Free Asia e US News, entendem esses planos como uma resposta à expansão econômico-militar chinesa, que vem ameaçando a posição estadunidense no cenário global (Radio Free Asia, 2023, US NEWS, 2023).

Em contrapartida, há o interesse do governo chinês em Palau, que se estende além dos recursos que a região do Pacífico tem a oferecer. Mais do que o acesso a minerais estratégicos, madeira e insumos de pesca, o domínio chinês sobre Palau representaria a oportunidade de superar a presença norte-americana, enquanto rival geopolítico, sinalizando uma vitória importante para o objetivo chinês de reorganizar zonas de influência históricas no Pacífico. Assim, o interesse chinês na região, têm se materializado a partir de demonstrações de poder militar e econômico como o aumento em exercícios militares no mar da Tasmânia e uma série de acordos diplomáticos com as Ilhas Cook – incluindo acordos de exploração marítima como mineração submarina e infraestrutura portuária –, ambos no início de 2025, sinalizando aos pequenos e médios poderes da região um comprometimento. Isso ocorre enquanto os EUA têm pausado sua assistência internacional e considerado diminuir sua presença global, alimentando a narrativa de uma potência decrescente e desinteressada no crescimento econômico do pacífico (CSIS, 2025).

Nesse sentido, o comportamento assumido pelos diplomatas e oficiais chineses de se colocar expansivamente, tem angariado críticas, sobretudo da Austrália, Nova Zelândia e de políticos Palauenses pro-ocidente. O presidente de Palau, após sua eleição no final de 2024, afirma que a China age com desrespeito à soberania e às fronteiras do país, citando como exemplo, a recém descoberta de montanhas subterrâneas pela nação do Pacífico e cuja autoria foi assumida pelo governo chinês, afirmando que teme a possibilidade de confronto. Outrossim, seu discurso foi pontuado com reafirmações do relacionamento bilateral com o ex-presidente americano Joe Biden, reforçando sua identificação com os EUA (ALJAZEERA, 2024). Agora, com as movimentações Chinesas se aquecendo na região de forma não apologética – estratégia característica, alcunhada de “diplomacia do lobo guerreiro” – e vivenciando um momento americano contrário àquele nas eleições, o futuro do arquipélago é incerto.

Tendo contemplado o conflito de interesses que ambos a China e os Estados Unidos possuem, torna-se necessário analisar os efeitos dessas tensões no Palau. Além de histórica, a relação entre Palau e os EUA tem resultados materiais essenciais para a infraestrutura, saúde e educação do arquipélago, e econômicos, através de incentivos e apoio financeiro direto, consistindo em, aproximadamente, \$852 milhões de dólares entre 1995 e 2009 para o país cuja economia é fortemente dependente de turismo. Por depender do turismo, Palau é profundamente afetado por fatores que influenciam seus índices, como desastres naturais aos quais as ilhas do Pacífico são particularmente vulneráveis – ciclones, tempestades, mudanças na maré etc. – e fatores como crises econômicas, de saúde e questões geopolíticas, como a presente situação entre China e EUA. Adicionalmente, com apenas 2,2% de terra arável, 86% dos produtos alimentícios do país são importados (United Nations SDG, 2021), tornando explícita a dependência externa e o risco de insegurança alimentar. Esses fatores evidenciam a dependência de Palau do auxílio americano, suscitando relevante questionamento das consequências da disputa entre China e EUA para a região.

A dependência de Palau em turismo e importações expõe o país à riscos estruturais, sendo que as tensões geopolíticas resultam em fluxos turísticos instáveis por parte da China, como apontado pelo atual presidente Surangel Whipps Jr.: “Em 2015 e 2016, o número de turistas vindos da China disparou, o

que ajudou a economia de Palau a crescer 30%, mas, como Palau nunca mudou o reconhecimento diplomático [de Taiwan] para a China, esse número basicamente despencou nos anos seguintes” (Voa News, 2024). Além de pressões econômicas, há alegações de que o governo chinês ameaça Palau por meio de reiteradas violações do território palauense por barcos chineses, ataques cibernéticos, estabelecimento de operações ilegais de crime organizado no país (Tapei Times, 2025) e tentativas de corromper seus políticos. Um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, em entrevista à Reuters, afirmou que as alegações são “são absurdas, caluniosas e completamente fabricadas”. Ele suscita questionamentos, ao perguntar: “Quem está construindo bases militares em Palau? Quem quer transformar Palau em um posto militar estratégico? [...] Insistimos que os Estados Unidos parem de difamar e caluniar a China... e deixem de provocar problemas na região.” (Reuters, 2025) Diante das tensões presentes, o atual presidente, Whipps Jr., considera ser importante que Palau mantenha sua relação com os EUA, afirmando: “Os líderes militares dos Estados Unidos me disseram que, no que diz respeito à segurança e à defesa, Palau é considerado parte do território nacional, e, diante do programa expansionista da China, que está desestabilizando a região do Indo-Pacífico, [o aumento da presença militar dos EUA em Palau] se trata de dissuasão e de garantir que todos nós continuemos a viver em paz” (Voa News, 2024). No entanto, há de mencionar que a própria família do presidente tem se beneficiado dos investimentos americanos, com uma empresa registrada em nome de seu pai tendo recebido cerca de 6 milhões de dólares em contratos com o Departamento da Defesa (DOD) - sobre a questão, o embaixador dos EUA, Ehrendreich, afirmou que “considerando o pequeno tamanho de Palau e o papel significativo dos negócios da família Whipps neste país, contratar e fazer compras com eles é inevitável.” (Reuters, 2025).

Ainda, há os que critiquem as relações de Palau com os EUA, apontando a flagrante dependência e expansão militar presentes, como o oponente de Whipps Jr. na última eleição, Remengesau Jr., que acusa: “Nossa relação com os EUA é apoiada, e entendemos e cumprimos nossas responsabilidades dentro dessa parceria, mas também precisamos ser muito claros quanto às nossas preocupações sobre a militarização americana em Palau — incluindo como esse desenvolvimento afetará o meio ambiente e o tecido social do país, além da questão sobre do que exatamente essa militarização está nos defendendo, já que não temos inimigos” (Voa News, 2024).

A preocupação se mostra relevante, uma vez que se deduz que a crescente presença militar americana implica no uso de Palau como ponto estratégico no seu embate contra a China, o que há de acarretar resposta do governo chinês, que é ativamente ameaçado pelo uso do arquipélago como base militar dos EUA na sua empreitada militar.

Diante desse cenário, Palau se vê no centro de uma disputa geopolítica que, embora represente benefícios materiais e financeiros essenciais por meio da aliança com os Estados Unidos, também impõe riscos concretos à sua soberania, estabilidade e autonomia decisória. A militarização do território, ainda que justificada por fins defensivos, pode tornar o país um alvo estratégico em uma possível escalada de tensões no Indo-Pacífico, afetando a sua integridade. Ainda assim, como destaca Leilani Reklai, editora do principal jornal do país, *Island Times*, muitos palauenses servem nas forças armadas norte-americanas, o que reforça os laços sociais e institucionais entre os dois países e influencia diretamente as decisões políticas internas — tornando improvável qualquer mudança drástica na orientação da política externa de Palau (Voa News, 2024). Ainda, a entrevista de Vereen, legislador estadual palauense, para a Reuters ilustra a situação. O legislador afirma que “A presença militar dos EUA em Palau é algo bom,” mas, pondera, diante da memória das batalhas ferozes entre japoneses e americanos que se passaram no arquipélago, memória essa não tão distante, “tememos que tenhamos pintado um grande alvo em nossa ilha” (Reuters, 2025).

Em suma, Palau enfrenta o desafio de equilibrar a parceria com os EUA, essencial para a sua subsistência, com a preservação da sua independência e soberania, de forma a não ser refém da presente disputa entre as potências globais. Logo, o dilema entre segurança e soberania, entre dependência e autonomia, segue como uma das questões centrais para o futuro de Palau e de sua posição estratégica na região do Pacífico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALJAZEERA. **Palau president hits out at China as re-election confirmed.** 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/11/13/palau-president-hits-out-at-china-as-re-election-confirmed>. Acesso em: 12 maio 2025.

PALAU GOVERNMENT. **Official Website of the Republic of Palau.** Disponível em: <https://www.palau.gov.pw/>. Acesso em: 12 maio 2025.

ETHNOLOGUE. **Languages of Palau.** Disponível em: <https://www.ethnologue.com/country/PW/>. Acesso em: 12 maio 2025.

PALAU CONSULATE. **History of Palau.** Disponível em: <https://www.palauconsulate.be/index.php/en/about-palau/history-of-palau>. Acesso em: 12 maio 2025.

BBC NEWS. *Palau: Pacific nation caught in US-China struggle.* 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-67766289>. Acesso em: 12 maio 2025.

BBC NEWS. **Palau profile.** 2011. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-15446663>. Acesso em: 12 maio 2025.

IP DEFENSE FORUM. **U.S. plans over-the-horizon radar facility in Palau.** 2023. Disponível em: <https://ipdefenseforum.com/2023/01/u-s-plans-over-the-horizon-radar-facility-in-palau/>. Acesso em: 12 maio 2025.

BORGEN PROJECT. **Poverty in Palau.** Disponível em: <https://borgenproject.org/poverty-in-palau/>. Acesso em: 12 maio 2025.

VOA NEWS. **Palau gears up for election amid Chinese threats, US military buildup.** 2024. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/palau-gears-up-for-election-amid-chinese-threats-us-military-buildup/7830584.html>. Acesso em: 12 maio 2025.

TAIPEI TIMES. **President says allies should not be forced to choose.** 2025.

Disponível em:

<https://www.taipeitimes.com/News/taiwan/archives/2025/05/06/2003836409>.

Acesso em: 12 maio 2025.

PALAU INTERNATIONAL SHIP REGISTRY. **History & Culture.** Disponível em:

<https://www.palaureg.com/the-palau-ship-registry/the-republic-of-palau/tourism/history-culture/>. Acesso em: 12 maio 2025.

CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES. **China's power play across the Pacific.** Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/chinas-power-play-across-pacific>. Acesso em: 12 maio 2025.

NATIONAL BUREAU OF ASIAN RESEARCH. **Understanding Chinese “Wolf Warrior” diplomacy.** Disponível em:

<https://www.nbr.org/publication/understanding-chinese-wolf-warrior-diplomacy/>. Acesso em: 12 maio 2025.

THE GUARDIAN. **Biden announces aid to Pacific Islands amid China rivalry.** 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2023/sep/25/biden-pacific-islands-aid-china>. Acesso em: 12 maio 2025.

THE GUARDIAN. **China and US vie for influence in the Pacific Islands.** 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/nov/21/china-pacific-islands-aid-us-relationship-influence>. Acesso em: 12 maio 2025.

REUTERS. **Inside the US battle with China over an island paradise in the Pacific.** 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/investigations/inside-us-battle-with-china-over-an-island-paradise-deep-pacific-2025-04-30>. Acesso em: 12 maio 2025.

UNITED NATIONS PACIFIC. **Palau CCA: first conducted in October 2021.**

Version 2.0, reviewed 18 Oct. 2021.: United Nations Pacific, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/tlcam/Downloads/d2bc93c4-7da5-4731-af96-42835bb533b6_Palau_CCA_V2.0.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

US NEWS. *US missile defense proposal stirs debate in Palau*. 20 dez. 2023. Disponível em: <https://www.usnews.com/news/world/articles/2023-12-20/us-missile-defense-proposal-stirs-debate-in-palau>. Acesso em: 21 maio 2025.

RADIO FREE ASIA. *US plans over-the-horizon radar facility in Palau*. 11 jan. 2023. Disponível em: <https://www.rfa.org/english/news/pacific/palau-radar-01112023015016.html>. Acesso em: 21 maio 2025.

MCKENZIE, Pete; ADAMS, Hollie. *Inside the U.S. battle with China over an island paradise deep in the Pacific*. Reuters, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/investigations/inside-us-battle-with-china-over-an-island-paradise-deep-pacific-2025-04-30/?utm>. Acesso em: 21 maio 2025.

5

IMPACTO DAS TARIFAS DOS EUA SOBRE AS ECONOMIAS ASIÁTICAS

Gabriel Porto Póvoas
Lucas Tinoco Bejani

Em 2025, o mundo testemunhou a intensificação de uma política comercial protecionista da administração do presidente Donald Trump, com a imposição de novas tarifas sobre uma ampla gama de produtos importados. Essas medidas visam reduzir o déficit comercial dos Estados Unidos e proteger a indústria doméstica. Entre as ações mais notáveis estão tarifas de até 145% sobre produtos chineses, além de tarifas variando de 10% a 49% sobre exportações de países membros da ASEAN, como Vietnã, Tailândia e Indonésia (CHINA BRIEFING, 2025). Essas políticas tarifárias têm gerado tensões comerciais e impactado significativamente as economias asiáticas, que dependem fortemente das exportações para os EUA.

Estas políticas têm recebido resposta dos chineses, que segundo alguns especialistas, como é o caso de Lourival Sant'Anna em artigo publicado pela CNN Brasil, se mostram mais preparados do que os EUA para enfrentar a guerra comercial, sugerindo que a estratégia americana pode ser mais arriscada e menos eficaz. (CNN, 2025) Enquanto os Estados Unidos impunham suas novas tarifas, a China por sua vez com uma tarifa de 125% sobre a maioria das importações americanas, indicando uma escalada nas tensões comerciais, num movimento que pode ser caracterizado, analisado e enxergado a partir da analogia de dois carros que se movem em alta velocidade, prestes a colidir entre si. Ainda assim, não se pode ignorar o impacto dessas políticas tarifárias na economia global, uma situação de iminente colisão entre duas potências econômicas.

As tarifas impostas pelos EUA têm provocado efeitos adversos nas economias asiáticas, especialmente naquelas com forte dependência das exportações para o mercado americano. Países como Vietnã e Tailândia, cujas exportações para os EUA representam uma parcela significativa de seu PIB, enfrentam muitos desafios. Além disso, a imposição de tarifas sobre produtos com alto conteúdo chinês afeta negativamente as cadeias de suprimentos regionais, dificultando a produção e aumentando os custos para os fabricantes asiáticos (INVESTING.COM, 2025). A transição para alternativas não chinesas é complexa e demorada, o que agrava ainda mais a situação econômica desses países.

As políticas tarifárias unilaterais dos EUA também têm implicações significativas para a ordem multilateral global. A imposição de tarifas elevadas e a retaliação por parte de parceiros comerciais, como a China, minam os princípios do comércio internacional baseado em regras e enfraquecem instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Além disso, essas ações protecionistas podem desencadear uma corrida por medidas semelhantes por outros países, levando a uma fragmentação do sistema comercial global e aumentando o risco de conflitos comerciais (OECD, 2025). A instabilidade resultante dessas políticas pode afetar negativamente o crescimento econômico global e a cooperação internacional. Diante desse cenário, as economias asiáticas estão buscando estratégias para mitigar os impactos das tarifas dos EUA. Alguns países estão intensificando esforços para diversificar seus mercados de exportação, fortalecendo laços comerciais com outras regiões, como a União Europeia e a África. Além disso, há uma ênfase crescente na promoção do comércio intra-asiático e na implementação de acordos regionais, como a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), para reduzir a dependência do mercado americano (ITD, 2025).

Essa escalada tarifária vem obrigando a China a reconfigurar suas rotas comerciais, ampliando o comércio com países do Sudeste asiático. Com as altas tarifas impostas aos chineses, as exportações para os membros da ASEAN aumentaram em 20,8% em abril de 2025, sendo um dos principais destinos alternativos. Há uma grande importância nesse comércio, uma vez que esses países necessitam muito de matérias primas chinesas e insumos industriais para a produção de produtos. Então, essa forma de contornar as barreiras comerciais que os Estados Unidos estão fazendo, beneficia ambas as partes, trazendo oportunidade de exportar para os chineses e um meio de importar para os membros da ASEAN.

Além de procurar acordos com outros países para resolver os problemas que as tarifas trazem, a China quer adotar estratégias domésticas em resposta às políticas comerciais dos EUA. Xi Jinping, chefe de Estado da China, criou estratégias de autossuficiência industrial, chamadas de “Made in China” e “dupla circulação”, que visam fortalecer a capacidade industrial interna e amenizar a vulnerabilidade de choques externos. Desse modo, empresas chinesas estão intensificando esforços para reduzir os componentes estrangeiros de sua cadeia, então setores de semicondutores, produtos

químicos e dispositivos médicos, anunciaram planos para localizar suas cadeias de suprimentos, substituindo os insumos estrangeiros por opções domésticas. Então, como resposta aos estadunidenses, eles estão se utilizando de meios nacionais também, mostrando que não dependem dos Estados Unidos e podem sobreviver comercialmente sem eles, provando sua força econômica.

Apesar de todas essas tensões, os EUA e a China vêm negociando com o objetivo de aliviar as tensões comerciais que criaram. Os impactos negativos das tarifas sobre as empresas chinesas e o medo de um isolamento comercial fizeram o país asiático retornar à mesa de negociação. Durante a convenção de Genebra, os representantes dos dois países relataram um progresso nas discussões, mas os detalhes disso não foram divulgados, porém foi acordado um novo mecanismo de diálogo econômica, o que facilita outras negociações e gera uma cooperação melhor entre as duas nações.

Portanto, as políticas tarifárias do Governo de Donald Trump criaram uma crise no comércio mundial, o que afetou os países asiáticos também. As nações que dependiam da exportação para os EUA estão passando por crise econômica e a China retalia as tarifas estadunidenses, criando uma guerra comercial. Desse modo, a busca por acordos multilaterais com outros países, para contornar as barreiras impostas ficou muito forte, o que de uma certa forma amplia a economia de países que antes não eram visados. Além disso, a China responde aos Estados Unidos, exportando para países da ASEAN e buscando insumos domésticos, fortalecendo sua indústria interna. Apesar de todas essas tensões, estão sendo discutidas formas de amenizar essa crise entre os norte-americanos e asiáticos, então a expectativa futura é que esse problema seja controlado e discutido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHINA BRIEFING. **ASEAN's Response to US Tariffs: Toward a Unified Regional Strategy**. 2025. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/china-outbound-news/aseans-response-to-u-s-tariffs-toward-a-unified-regional-strategy>.

CNN. **EUA e China iniciam negociações para aliviar tarifas, diz mídia chinesa.** 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/eua-e-china-iniciam-negociacoes-para-aliviar-tarifas-diz-midia-chinesa/?utm_source=chatgpt.com.

INVESTING.COM. **What US tariffs mean for Asia.** 2025. Disponível em: <https://www.investing.com/news/economy/what-us-tariffs-mean-for-asia-3909260>.

OECD. **Trump's tariffs are inflicting serious economic damage and reigniting inflation, OECD says.** CNN Business, 2025. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2025/03/17/economy/tariffs-oecd-forecast-economy-inflation/index.html>.

ITD. **The Impact of U.S. Tariff Increases on the Asian Economy.** International Institute for Trade and Development, 2025. Disponível em: https://www.itd.or.th/en/itd-data-center/68_17/.

REUTERS. **China's exports top forecasts helped by global rush to beat tariffs.** 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/chinas-exports-imports-beat-expectations-april-2025-05>

FINANCIAL TIMES. **Chinese companies purge supply chain of foreign parts amid US trade war.** 2025. Disponível em: <https://www.ft.com/content/8e018bd6-17ae-4ac9-b43b-c625a65c2651>

FINANCIAL TIMES. **US claims 'substantial progress' after trade talks with China.** 2025. Disponível em: <https://www.ft.com/content/f5e7d514-24e6-4214-ac3b-30f614a31f34>

REUTERS. **Inside China's decision to come to the table on Trump tariffs.** 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/inside-chinas-decision-come-table-trump-tariffs-2025-05-09>

6

A QUESTÃO CAXEMIRE: PERSPECTIVAS E PROSPECÇÕES

Eduardo Araújo Mangueira
Raul Rodrigues Penna Firme

Em 22 de abril de 2025, um ataque terrorista em Pahalgam, na Caxemira administrada pela Índia, resultou na morte de 26 civis, em sua maioria turistas hindus. Acusando imediatamente o Paquistão como orquestrante deste ataque — o que Islamabad nega —, a Índia lançou a operação Sindoor no dia 7 de maio, realizando ataques aéreos contra o que considerou infraestruturas terroristas em território paquistanês, sendo que forças locais acusam a morte de civis e a destruição de mesquitas.

A escalada de tensões que se seguiu até um eventual cessar-fogo (Das, Massod e Kumar, 2025) é relativa à questão caxemire, um dos principais pontos de tensão do sul da Ásia. Esse território é disputado por Índia e Paquistão, o que envolve aspectos identitários, estratégicos, diplomáticos e ambientais. Esse conflito lindeiro, que ocorre desde a independência de ambos, é marcado por ataques violentos, que mesclam forças externas e resistência local, bem como dinâmicas em torno de medidas tomadas pelo governo indiano em relação à Caxemira. Além disso, o conflito ganha novos ares em função de fatores excepcionais, como a renovação de ataques à Caxemira e o anúncio da decisão de rompimento do Indus Water Treaty por parte da Índia.

Como tal, busca-se elaborar uma análise acerca dos desenvolvimentos mais recentes dessa questão indo-paquistanesa. A multiplicidade de fatores envolvidos necessita um entendimento mais aprofundado, que perpassa uma demonstração do contexto histórico e de dinâmicas domésticas indianas, regionais e possíveis consequências internacionais. É possível presumir que a existência de divisões étnicas e religiosas violentas é tangenciada por políticas estatais indianas, o que confere um caráter perigoso ao conflito, que é ao mesmo tempo energizado e arrefecido pela existência de armas nucleares em ambos os países. Ao mesmo tempo, a dificuldade de acesso a informações precisas torna este um campo aberto para uma disputa de narrativas.

Para entender o conflito, é necessário compreender também o nascimento de ambas as nações. Agosto de 1947, data da separação da ex-colônia britânica

que concedeu independência aos dois novos países; Índia e Paquistão. Uma das principais motivações para a independência foi a impossibilidade da Grã-Bretanha de arcar com o domínio sobre seu território frente à resistência local. Considerando diferentes concepções de nação em formação, o temor da camada de indianos islâmicos de uma subjugação por serem uma minoria considerável trouxeram pedidos por uma separação. Para tanto, se utilizou a religião como critério fundamental para divisão: uma Índia majoritariamente hindu e um Paquistão majoritariamente muçulmano. Este movimento apressado e mal demarcado gerou um movimento migratório massivo, de cerca de 15 milhões de migrantes, e uma série de ataques violentos contra comunidades minoritárias nos territórios fronteiriços, provocando cerca de 200 mil a 2 milhões de mortos (BBC, 2025).

Durante o período inicial da Partição, a Caxemira — um principado de maioria islâmica sob um regente hindu — foi um dos únicos estados a não anexar-se a qualquer um dos países por entreter a ideia de independência. A partir de um bloqueio econômico e ataques sistemáticos ao Estado por grupos apoiados pelo Paquistão (Mohan, 1992), o então maharaja da Caxemira aceitou à Índia, tornando-se parte do território. Levando esta questão à ONU, a incapacidade de concordância entre as duas partes tornou ineficazes as medidas de conciliação propostas pela Comissão das Nações Unidas para a Índia e Paquistão, órgão criado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para esse fim. As incessantes disputas pela região da Caxemira, pauta de duas guerras, a Primeira Guerra da Caxemira (1947) e a Segunda Guerra da Caxemira (1965), bem como o confronto na crise de Kargil (1999), quando ambos já possuíam armas nucleares.

Em se tratando da legislação interna quanto à Caxemira, embora tenham sido criados em contextos históricos específicos, os artigos 370 e 35A da constituição indiana conferiam ao território um maior status de autonomia em relação à Índia. Em vigor desde 1949, o Artigo 370 permitiu que o estado mantivesse sua própria constituição, bandeira e leis locais, exceto áreas de defesa, relações exteriores, finanças e comunicações (India Today, 2023). Já o Artigo 35A autorizava a legislatura local a definir quem era residente permanente, ou seja, restringia a indivíduos estrangeiros direitos como aquisição de propriedade, benefícios educacionais e acesso a cargos públicos.

Apesar de sua função protetiva, o artigo foi criticado por falta de aprovação parlamentar e por discriminar mulheres, que, caso se casassem com pessoas de fora do Estado, teriam seus direitos abolidos. Embora o artigo 35A ainda permaneça inalterado, algumas características do artigo 370 foram desfeitas ao longo das décadas (Al Jazeera, 2019).

A Caxemira é um território montanhoso localizado na Cordilheira do Himalaia, palco de disputas constantes entre as nações. Território majoritariamente islâmico, é por esse motivo reclamado pelo Paquistão. Localmente, diversos grupos, tanto locais quanto externos, agem com agendas próprias. A importância da Caxemira também é relacionada com a disponibilidade de recursos hídricos para abastecimento das nações, por ser a localização das nascentes dos rios Indo e Ganges. Em 1960, o Indus Water Treaty estabeleceu um acordo de distribuição das águas de 6 rios, proibindo que a Índia mude o fluxo dos afluentes do rio Indo, de forma que garanta disponibilidade equânime para os territórios e assim proporciona a diminuição das tensões. O Paquistão, depende desses rios para a irrigação de 80% de suas fazendas. No entanto, a recente decisão de Modi (Ethirajan e Wertheimer, 2025) de romper esse acordo trouxe uma nova dimensão de tensões para o conflito.

O início do século foi marcado por um período de resistência armada, com diversos confrontos com forças de segurança indianas. Em um período inicial, a estrutura de contrainsurgência local para a região foi bem sucedida em reprimir esses diversos grupos, no entanto foi incapaz de impedir o aumento exponencial de movimentos de resistência quasi-violentos (Lalwani e Gayner, 2020) — demonstrações contrárias ao *status quo* que, por vezes violentas, não chegavam a caracterizar uma declaração de conflito direta: uma irritação e não um risco de segurança. Sendo assim, o período de 2013 a 2019 foi marcado por um aumento do lançamento de pedras, da interposição da população em embates e a presença massiva em funerais de militantes, como observado na morte de Burhan Wani em 2016.

A ascensão do Bharatiya Janata Party (BJP) — partido nacionalista hindu de Narendra Modi — ao poder a partir de 2014 veio com um recrudescimento da questão caxemire, sendo defensores tradicionais de um envolvimento maior do governo central na região (Bhasin, 2024). Em 2019, o primeiro-ministro, Narendra Modi, tomou uma medida histórica e controversa, abolindo o artigo

370 que concedia o caráter semi-autônomo à região, e o artigo 35A, que ditava sobre um caráter especial sobre concessão de terras para a população. Imediatamente, observou-se um incremento na presença policial e o estabelecimento de um toque de recolher, com um aumento concomitante dos riscos associados ao protesto. Modi e o ministro do interior, Amit Shah, todavia, afirmam uma volta à “normalidade” na Caxemira.

Foi nesse contexto que surge o The Resistance Front (TRF; a frente de resistência), grupo responsável pelo ataque. Criados por consequência dessas medidas, o grupo tinha uma expressiva atuação online em grupos como o Telegram para além do uso de ataques mortais. Além disso, o grupo possui um caráter secular (Sharma, 2025). O TRF atribui o ataque ao que entendem como uma tentativa de reorganização demográfica da região por conta do governo indiano pela revogação do artigo 35A. O governo indiano, por sua vez, afirma que este grupo é uma ramificação ou uma fachada para Lashkar-e-Taiba, um grupo fundamentalista islâmico baseado no Paquistão.

Esta é uma possibilidade válida, tendo em vista o financiamento histórico de células armadas por Islamabad e o fato de que muitos dos grupos insurgentes estão baseados no Paquistão. No entanto, são fatores a se considerar o aumento da participação local em grupos armados e o não-desaparecimento da insurgência local como fruto de uma insatisfação popular. Com o esvaziamento das instituições políticas locais, a violação de direitos humanos por parte de forças policiais com um alto grau de impunidade (Lalwani e Gayner, 2020), parte considerável da população pode ser levada à militância armada. Sendo assim, enquanto a interferência paquistanesa não pode ser desconsiderada, a acusação do Paquistão sem a apresentação de provas concretas pode ser motivada por uma necessidade de manter o discurso de normalidade na região e, por conseguinte, a legitimidade das medidas do BJP na região.

Os desenvolvimentos mais recentes são vistos com preocupação pela comunidade internacional. A operação “Sindoor”, feita pela Índia em “retaliação” ao ataque, ocorreu com o uso de mísseis em localidades de Punjab e na Caxemira paquistanesa, e segundo oficiais paquistaneses vitimou 31 pessoas (Hussain, 2025). Enquanto a Índia afirma ter atingido localidades de

treinamento de células terroristas, o Paquistão demarca os lugares como áreas civis, alardeando a destruição de mesquitas e a morte de crianças. Desde então, a situação tem se exacerbado consideravelmente, com embates aéreos — respeitando o fechamento do espaço aéreo em ambos os países —, ataques a bases paquistanesas — que a Índia nega veementemente — e a operação paquistanesa “Bunyan Marsoos”, lançada no dia 9, que almeja alvos militares dentro da Índia.

O cessar-fogo acordado pelas partes foi utilizado por Donald Trump, presidente dos Estados Unidos (EUA), como uma demonstração de sua capacidade de mediação. No entanto, enquanto o Paquistão acolheu essa medida, o caráter bilateral prezado pela Índia levou a certas tensões internamente (Das, Massod e Kumar, 2025). A parceria Índia-Estados Unidos é uma das mais importantes nas disputas por influência sino-indianas, e este desenvolvimento pode atingir essa relação sob um entendimento de ingerência estadunidense em uma questão nacional.

Atores internacionais trazem discursos de condenação ao atentado do dia 22 e pedidos de moderação e desescalada nas tensões. Grande parte da preocupação se dá em torno da posse por ambos os países de armamentos nucleares, e o medo de que uma escalada desenfreada suscitaria um cataclisma mundial. Deve-se lembrar que, enquanto a Índia dispõe de uma doutrina nuclear de “*no first-use*”, o Paquistão se reserva ao direito de utilizar armas nucleares, tendo em vista sua defasagem em termos de força militar convencional com o país vizinho (Narang, 2014). No entanto, a pressão internacional até então dormente deve se envolver para impedir que o conflito chegue a um ponto de não-retorno, tendo em vista o costume de não uso de armas nucleares que vigora atualmente (Paul, 2009).

No entanto, o cessar-fogo — cuja repercussão por parte de Trump pode ser um entrave doméstico para as relações entre Índia e EUA — é uma demonstração clara da falta de vontade de ambas as partes de se engajar em um conflito generalizado. Em grande medida, não se espera que exista uma participação direta de atores externos no conflito. Como uma questão altamente localizada e atravessada por questões nacionalistas, a possível deflagração de uma guerra declarada não parece tão provável a partir da incerteza de que existiriam aliados nessa empreitada. Em relação às grandes parcerias internacionais de

cada país — Estados Unidos no caso da Índia, China no caso do Paquistão —, têm-se que a parceria indo-americana é pautada em seu desejo mútuo de combater a influência chinesa no Indo-Pacífico, estando menos preocupados com a questão caxemire. A China, por sua vez, tem buscado uma posição conciliatória com relação ao conflito lindeiro, priorizando a estabilidade regional (Chang, 2017). Somado a isso, a incapacidade de qualquer uma das potências de se portar enquanto força conciliatória ou mediadora torna improvável que qualquer um dos dois tenha interesse em um envolvimento direto.

Portanto, este conflito em escalada, enquanto demanda atenção pelos riscos inerentes à tamanho potencial de perda de vidas, não deve ser entendido fora de um contexto mais geral de outras guerras indo-paquistanesas, momentos de tensão históricos e dinâmicas domésticas. No entanto, medidas inéditas, como o cercear da autonomia caxemire e o fim do tratado de águas do Indus são desenvolvimentos que podem trazer novas e importantes dimensões para um dos mais longevos contenciosos da atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BBC News. **India scraps Kashmir's special status amid crackdown.** BBC News. Londres: BBC, 5 ago. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-49234708>. Acesso em: 9 maio 2025.

BHASIN, Anuradha. **Modi has forcibly integrated Kashmir with India but erased kashmiris.** Southern Social Movements Newswire, 16 mai. 2024. Disponível em: <<https://www.cetri.be/Modi-has-forcibly-integrated?lang=fr>>. Acesso em: 6 mai. 2025.

CHANG, I-wei Jennifer. **China's Kashmir Policies and Crisis Management in South Asia.** US Institute of Peace, 2017.

DAS, Anupreeta; MASOOD, Salman; KUMAR, Hari. **As Truce Seems to Hold, India and Pakistan Both Claim Victory.** The New York Times: Nova Déli e Islamabad, 11 mai. 2025. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2025/05/11/world/asia/india-pakistan-kashmir-ceasefire.html>>. Acesso em: 11 mai. 2025.

ETHIRAJAN, Anbarasan; WERTHEIMER, **Tiffany. India to stop water flowing across international borders, Modi says.** BBC News: Londres, 6 mai. 2025. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/articles/cd9l9qwyv23o>>. Acesso em: 8 mai. 2025.

HUSSAIN, Abid. **Why did India strike Pakistan? All we know about Operation Sindoor.** Al Jazeera: Islamabad, 7 mai. 2025. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2025/5/7/why-did-india-strike-pakistan-all-we-know-about-operation-sindoor>>. Acesso em: 8 mai. 2025.

JAMAL, Urooba; URAS, Umut. **India-Pakistan: Ceasefire holds a day after deadly fighting halted.** Al Jazeera. Doha: Al Jazeera Media Network, 11 mai. 2025. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/liveblog/2025/5/11/india-pakistan-live-pakistan-committed-to-truce-india-claims-breaches>>. Acesso em: 7 mai 2025.

LALWANI, Sameer P.; GAYNER, Gillian. **India's Kashmir Conundrum: Before and After the Abrogation of Article 370.** US Institute of Peace, 2020.

LYON, Peter. **Conflict Between India and Pakistan: An Encyclopedia.** Bloomsbury Publishing USA: [S.l.], 2008.

NARANG, Viping. **Nuclear Strategy in the Modern Era: Regional Powers and International Conflict.** Princeton University Press: Princeton & Oxford, 2014.

PAUL, T.V. **The Tradition of Non-Use of Nuclear Weapons.** Stanford University Press: Califórnia, 2009.

SHARMA, Yashraj. **What is The Resistance Front, the group claiming the deadly Kashmir attack?** Al Jazeera: Nova Déli, 23 abr. 2025. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2025/4/23/what-is-the-resistance-front-the-group-behind-the-deadly-kashmir-attack>>. Acesso em: 8 mai. 2025.

7

DISPUTA ENTRE CHINA E FILIPINAS SOBRE O RECIFE DE SANDY CAY LOCALIZADO NO MAR DO SUL DA CHINA.

Helena Visconti Psomopoulos
Yasmim Motta Lameira

Sandy Cay é um pequeno recife de coral localizado ao norte dos Recifes Thitu, nas Ilhas Spratly, no Mar do Sul da China. Ele é formado por plataformas rasas e bancos de areia que mudam com o tempo. A área é disputada por China, Filipinas, Taiwan e Vietnã.

Em 2017, as Filipinas planejavam construir um abrigo para pescadores em Sandy Cay, mas desistiram da ideia após a China se opor ao plano em agosto. O então chanceler filipino, Alan Peter Cayetano, informou ao presidente Rodrigo Duterte que seguir com a construção poderia violar a Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China. O documento havia sido assinado em 2002 por Manila e Pequim como forma de evitar novas ocupações na região. Duterte disse ter recebido garantias de que a China não ocuparia o recife: “The Chinese said they are not going to occupy any new features in the Spratlys and the South China Sea and the tension was lowered again”(LORENZANA, 2017). Desde então, nenhum dos países envolvidos ocupou a área, embora embarcações chinesas tenham sido vistas de perto.

Já em abril de 2025, a Guarda Costeira da China desembarcou no recife alegando estar exercendo sua soberania, hasteando uma bandeira chinesa no banco de areia. A ação foi vista como uma tentativa de tomar posse do local. Porém, a Marinha e a Guarda Costeira das Filipinas disseram ter ido até lá depois e não encontraram sinais da presença chinesa, afirmando que o recife não está sob controle da China. As Filipinas também hastearam sua própria bandeira no local. Os dois atos foram oficialmente contestados pelo Vietnã.

O Mar do Sul da China é uma das regiões marítimas mais estratégicas e disputadas do mundo, tanto por sua importância geopolítica quanto por seus recursos naturais. Ele está localizado entre o sudeste da China, Taiwan, Filipinas, Malásia, Brunei e Vietnã. Sua importância decorre tanto de fatores geográficos quanto econômicos e geopolíticos. A área abriga rotas comerciais cruciais, por onde transitam cerca de um terço do comércio marítimo global, além de possuir vastas reservas de petróleo, gás natural e recursos pesqueiros.

A região é marcada por disputas territoriais intensas, especialmente devido à reivindicação chinesa sobre quase toda a área. Essa região tem um papel primordial no conflito entre China e Estados Unidos, sendo palco de tensões militares e diplomáticas que ameaçam a estabilidade do oceano Indo-Pacífico.

Além de seu destaque na área econômica e estratégica, a região representa um desafio no âmbito do direito internacional. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) estabelece limites para zonas econômicas exclusivas e soberania marítima, mas a atuação da China tem sido vista como uma violação desses princípios. As tensões constantes, os incidentes envolvendo embarcações civis e militares, e a falta de um mecanismo eficaz de resolução pacífica reforçam o caráter instável da região, que permanece como um dos pontos mais sensíveis da geopolítica asiática e global.

A ação chinesa em Sandy Cay faz parte de uma estratégia de afirmação de soberania na região, mesmo em áreas reconhecidas internacionalmente como pertencentes a países como as Filipinas, que têm soberania reconhecida sobre certas áreas. No caso específico de Sandy Cay, Pequim, capital chinesa, adotou uma postura mais assertiva e simbólica ao desembarcar forças da Guarda Costeira no local, hastear a bandeira nacional e manter presença constante de embarcações para consolidar a presença ali.

Essa ocupação pode ser considerada uma provocação, já que a região de Sandy Cay está muito próxima da Ilha Thitu, que é uma das posições filipinas mais importantes. Ao se posicionar ali, a China projeta poder diretamente sobre instalações filipinas, enviando um sinal de que não aceitará a presença de Manila na área, mesmo com respaldo do direito internacional. Além disso, a China justifica suas ações com base em alegações históricas, o porta-voz da Guarda Costeira da China (GCC), Liu Dejun, no *The Guardian* disse: "Sandy Cay e toda a região das Spratly fazem parte de sua "jurisdição soberana indiscutível", e argumento então rejeitado pelo Tribunal de Haia em 2016. Pequim também usa a Guarda Costeira como instrumento híbrido de pressão, evitando confrontos diretos com forças armadas estrangeiras.

A China utiliza oportunidades estratégicas para fazer testes com os limites da resposta filipina e internacional, ampliando sua presença sob o pretexto de defesa da soberania nacional chinesa. Com isso, ela consolida uma mudança de status quo no mar, transformando bancos de areia e recifes disputados em postos avançados chineses por meio de ocupação física contínua. Ela é vista como parte da estratégia de controlar áreas antes que a diplomacia ou a arbitragem legal possam intervir.

As Filipinas têm respondido ativamente às ações chinesas através de uma combinação de afirmações territoriais, esforços diplomáticos e atividades militares. Autoridades negaram categoricamente as reivindicações chinesas de soberania sobre o Sandy Cay, descrevendo tais assertivas como táticas de desinformação de Pequim. O país mantém que o Sandy Cay é “inquestionavelmente parte do território filipino”.

Em termos de ações concretas, a Guarda Costeira e a Marinha das Filipinas realizaram uma missão ao Sandy Cay, onde hastearam a bandeira nacional, demonstrando seu controle sobre a área. Além disso, as Filipinas têm realizado exercícios militares junto com os Estados Unidos, conhecidos como “Balikatan”, que incluem simulações integradas de defesa aérea e antimísseis.

A disputa pelo Sandy Cay tem implicações geopolíticas significativas, tanto regionais quanto globais. A região Ásia-Pacífico tornou-se um ponto focal para a competição geopolítica, principalmente entre China e Estados Unidos, caracterizada por esforços para ganhar influência diplomática e negação estratégica. Países da região, como Austrália, Japão e Índia, estão respondendo a esta competição fortalecendo suas próprias posições estratégicas e alianças. Por exemplo, a Austrália articulou uma política de cooperação com a China quando possível, mas também busca vigorosamente seus interesses nacionais.

A disputa tem impactos significativos na segurança marítima global e no direito internacional, particularmente em relação à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) e ao princípio da liberdade de navegação. As organizações internacionais e estruturas multilaterais desempenham um papel crucial na gestão das tensões geopolíticas na região, com o Fórum das Ilhas do Pacífico e outros órgãos regionais trabalhando para

aprimorar a cooperação e estabelecer normas de desenvolvimento alinhadas com as prioridades regionais.

A situação permanece como uma questão crítica no contexto mais amplo da geopolítica do Mar do Sul da China, com implicações significativas para a estabilidade e a segurança internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCE FRANCE-PRESSE. **Vietnam protests China, Philippines claims on Sandy Cay.** ABS-CBN News. Disponível em: <https://www.abs-cbn.com/news/world/2025/5/3/vietnam-protests-china-philippines-claims-on-sandy-cay-2225>. Acesso em: 10 maio 2025.

CALLAR, M. D. **Duterte stops PHL build on Sandy Cay due to China protest, DND says.** Disponível em: <https://www.gmanetwork.com/news/topstories/nation/632376/duterte-stops-phl-build-on-sandy-cay-due-to-china-protest-dnd/story/>. Acesso em: 20 maio 2025.

DAVIDSON, H. **China and Philippines display competing flags on disputed South China Sea sandbank.** The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/apr/28/china-philippines-flags-sandy-cay-south-china-sea>. Acesso em: 9 maio 2025.

FIORATI, J. **A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.** Revista de Informação Legislativa, v. 34, n. 133, p. 129-154, jan/mar. 1997. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/202/r133-14.PDF> Acesso em: 11 maio 2025.

GAN, N.; MAGRAMO, K. **China and Philippines unfurl competing flags on disputed South China Sea sandbars, reviving tensions.** Disponível em: <https://edition.cnn.com/2025/04/28/asia/china-philippines-sandy-cave-dispute-intl-hnk/index.html>. Acesso em: 9 maio 2025.

JAZEERA, A. **Manila denies China “dealt with” Philippine mission to disputed reef.** Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2025/4/28/manila-denies-china-dealt-with-philippine-mission-to-disputed-reef> . Acesso em: 10 maio 2025.

KEEN, M.; TIDWELL, A. **Geopolitics in the Pacific Islands: Playing for advantage.** Lowy Institute. Disponível em:

<https://www.lowyinstitute.org/publications/geopolitics-pacific-islands-playing-advantage> . Acesso em: 10 maio 2025.

MAGRAMO, Kathleen. **Entenda o conflito no Mar do Sul da China e por que ele aumenta a tensão com as Filipinas.** CNN Brasil, 29 set. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-conflito-no-mar-do-sul-da-china-e-por-que-ela-aumenta-a-tensao-com-as-filipinas/> . Acesso em: 11 maio 2025.

MAGRAMO, Kathleen. **China e Filipinas hasteiam bandeiras em bancos de areia em águas disputadas.** CNN Portugal, 28 abr. 2025. Disponível em: <https://cnnportugal.iol.pt/china/filipinas/china-e-filipinas-hasteiam-bandeiras-em-bancos-de-areia-em-aguas-disputadas/20250428/680f3d9ed34e3f0bae9d74dc> . Acesso em: 11 maio 2025.

NORTHROP, K.; LI, L. **China and Philippines both claim control of disputed Sandy Cay reef.** Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2025/04/28/china-philippines-sandy-cay-reef-dispute/> . Acesso em: 9 maio 2025.

Sandy Cay Flag Standoff: **A Brewing Firestorm in the South China Sea — Here’s Why.** China Global South. Disponível em: <https://chinaglobalsouth.com/analysis/sandy-bay-flag-standoff-a-brewing-firestorm-in-the-south-china-sea-heres-why/> . Acesso em: 9 maio 2025.

WIKIPEDIA CONTRIBUTORS. Sandy Cay (South China Sea). Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Sandy_Cay_\(South_China_Sea\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Sandy_Cay_(South_China_Sea)) . Acesso em: 9 maio 2025.

ZHEN, Liu. **China Coast Guard claims 'sovereign jurisdiction' of Sandy Cay in South China Sea.** South China Morning Post, 25 abr. 2025. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/military/article/3307831/china-coastguard-claims-sovereign-jurisdiction-sandy-cay-south-china-sea>. Acesso em: 20 maio 2025.



PUC
RIO



Instituto
de Relações
Internacionais



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO

